

Juizado Itinerante Fluvial atende população ribeirinha do Rio Paraguai

Mutirão levou serviços jurídicos, de cidadania e assistência social em navio da Marinha

Ricardo Nabarro

Na manhã do dia 4 de novembro de 2022, uma equipe de 43 voluntários e cerca de 50 tripulantes do navio da Marinha Almirante Leverger zarparam do porto do 6º Distrito Naval, em Corumbá/MS, rumo ao norte do estado de Mato Grosso do Sul, em uma jornada de oito dias pelo Rio Paraguai, levando diversos serviços de cidadania e assistência social à população ribeirinha que vive na região.

Servidores, magistrados, assistentes sociais, procuradores, advogados da União, defensor público, policiais civis, entre outros profissionais, levaram consigo, além dos materiais necessários ao atendimento da população, a expectativa de participar de um trabalho humanitário, voltado para ajudar as pessoas mais necessitadas que vivem distantes dos centros urbanos.

Em seis dias de trabalho, o Juizado Especial Federal (JEF) Itinerante Fluvial atendeu 323 moradores das comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas que vivem na região do Rio Paraguai, com R\$ 389.359,00 expedidos em Requisições de Pequeno Valor.

Ao todo, foram realizados 586 serviços de assistência social; 170 expedições de registro de identificações pela Polícia Civil – Comarca de Corumbá (RGs); 56 certidões de nascimento; 119 atendimentos da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul (DPE/MS); 138 audiências pela Justiça Federal, com 117 acordos homologados (85%); 29 perícias médicas e 25 implantações diretas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A força-tarefa também contou com orientações jurídicas promovidas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Defensoria Pública da União (DPU) que, ao final, registrou cerca de 140 serviços solicitados pela população local.



Acordos

O destaque no JEF Itinerante Fluvial foi a quantidade de acordos firmados entre as partes, atingindo 85% dos casos que foram levados à audiência. “Foi um trabalho extremamente positivo. Isso significa que todas as instituições envolvidas com o projeto atuaram em sintonia e tiveram o objetivo de trazer o melhor para as comunidades”, disse a diretora do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, juíza federal Monique Marchioli Leite.

A iniciativa contou com a participação de órgãos como o INSS, Ministério Público Federal (MPF), Advocacia Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU), DPE/MS e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS (Sejusp/MS).

Para o juiz federal Fernando Nardon Nielsen, coordenador da expedição, foi um trabalho que trouxe, além da prestação jurisdicional, engrandecimento pessoal a quem atuou no projeto. “Conseguimos implantar muitos benefícios e dar voz às pessoas que, muitas vezes, são esquecidas pelo Estado brasileiro, seja pela distância ou falta de informação. Foi um trabalho enriquecedor, que devolveu um pouco da dignidade a quem mais precisa dela.”

Para o procurador federal Dany Shin Park, que pertence à equipe regional previdenciária da 3ª Região, o JEF Itinerante foi uma oportunidade única de levar direitos sociais e acesso à Justiça para esses brasileiros que vivem em locais remotos do Pantanal sul-mato-grossense. “Estar ao lado de pessoas com tamanha força, coragem e bondade me fizeram ter mais orgulho de ser brasileiro”, disse.



Navio da Marinha do Brasil Almirante Leverger transporta equipe do JEF Itinerante Fluvial pelo Rio Paraguai



Ribeirinhos são atendidos pela equipe do JEF Itinerante Fluvial, na sede do Instituto Agwa



Jorge Cândido dos Reis, 64, começou a trabalhar no campo aos 15 anos e depois virou pescador. Obteve aposentadoria por idade rural



Diva Alexandrina Martins, com 104 anos e 13 filhos, teve o benefício LOAS convertido em aposentadoria por idade rural. Seu marido, já falecido, também teve a aposentadoria reconhecida. Com isso, dona Diva também teve direito à pensão por morte



Cecília Conceição Gregório, 52, era cozinheira e teve um AVC, que deixou sequelas em seu braço. Conseguiu converter o auxílio-doença em aposentadoria por invalidez



Cacique Osvaldo, da aldeia Uberaba, etnia Guató. "Temos 47 famílias em nossa aldeia, que fica em uma ilha no meio do rio. Nossa maior dificuldade é o deslocamento, principalmente no período da seca, e muitos indígenas não têm documentos como certidão de nascimento e RG. A vinda desses serviços e da Justiça é muito importante para nossa comunidade."



Paulo Britto Vasconcelos, 40, sofreu acidente quando instalava um portão e fraturou as pernas. Obteve o auxílio por incapacidade temporária acidentária



Leonilda Aires de Souza, mais conhecida como "Dona Eliane", é presidente da Associação de Mulheres Artesãs do São Lourenço. "A vida das mulheres aqui não é nada fácil. Temos de cuidar da roça, da horta, da casa, dos filhos, capinar, pescar, enfim, são muitas as atividades e acabamos adoecendo por causa disso. Somos o homem e a mulher ao mesmo tempo. Esta ação da Justiça Federal é muito boa para todas nós."



Valdeir Rosa Martins, 27, conseguiu obter o seguro defeso. Sua esposa, Helena Dias de Oliveira, 23, o salário-maternidade



Iracema Vieira dos Santos, 56, possui enfizema pulmonar e conseguiu a aposentadoria por invalidez



Antônio Cláudio de Araújo, 63, trabalhou a vida inteira no campo e saiu do JEF Itinerante com a aposentadoria por idade rural garantida

Histórias de emoção e gratidão

Ao longo da expedição, que fez três paradas de dois dias em cada local (Escola Rural do Jatobazinho, Instituto Agwa e Escola Rural da Barra do São Lourenço), a emoção tomou conta de todos, especialmente daqueles que participaram das audiências e presenciaram momentos de alegria e realização dos ribeirinhos que conquistaram o direito a um benefício.

“Tivemos contato com dramas reais, que demonstraram a vulnerabilidade daquelas pessoas e nos impactaram muito”, disse a juíza federal Monique Marchioli Leite. “A maioria é composta por mulheres que vivem no Pantanal e estão abandonadas pelo Estado, mas mesmo assim são sobreviventes.”



Juiz federal Fernando Nielsen, coordenador da expedição, e Claudinei Eloy de Moraes, 62, que conquistou a aposentadoria por idade rural



Diretora do Foro da SJMS, Monique Marchioli Leite discursa no encerramento do JEF Itinerante Fluvial

“A maioria são mulheres que vivem no Pantanal e estão abandonadas pelo Estado, mas mesmo assim são sobreviventes.”

**Monique Marchioli Leite,
juíza federal**



Rosimeire Silva de Moraes, 32, é mãe de um bebê de sete meses e obteve o salário-maternidade

A magistrada lembrou o caso de uma senhora que esperou cinco anos para se aposentar e, depois da concessão do benefício em audiência, contou que sua casa tinha pegado fogo durante as queimadas do Pantanal. “O valor que ela vai receber de atrasados, R\$ 60 mil, foi o maior deste itinerante e servirá para ela reconstruir sua casa”, disse.



Parte da equipe do JEF Itinerante Fluvial, em Barra do São Lourenço/MS

Instituições que apoiaram e participaram da ação

Marinha do Brasil, UFMS, INSS, MPF, AGU (Procuradoria Federal e Procuradoria da União), Instituto Agwa, Instituto Homem Pantaneiro, DPU, DPE/MS, Sejusp/MS, Ecologia & Ação, Polícia Militar Ambiental, Instituto Acaia Pantanal, Associação dos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais de Mato Grosso do Sul, Instituto Brasileiro de Direito de Família, Prefeitura Municipal de Corumbá (CRAS, Povo das Águas) e Corpo de Bombeiros Militar.

TAVOIOS



Confira mais histórias como essas em vídeo especial sobre o evento

